

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 50ª Reunião Ordinária - 17/04/2013 - 09h 00min

Museu da Água – Rua Camilo Augusto de Campos, 487 – Santa Barbara D'Oeste - São Paulo

Membros presentes	
Entidade	Representante
ASSEMAE	Rosabel C. G. B. Monteiro (S)
DAE Jundiaí	Maria das Graças Martini (T)
DAE Jundiaí	Maria Carolina H D Simões (S)
DAE Sta. Bárbara d'Oeste	Monica Tortelli (T)
DAE Sta. Bárbara d'Oeste	Rubens Bacchim (S)
DAEE	Walter Antônio Becari (T)
Elo Ambiental	Claudia Grabher (T)
IAC	Rinaldo de O. Calheiros (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Inst. Vale das Garças	Sérgio Zanin Teruel (T)
P.M. de Americana	Oscar Oliara Aranha (T)
P.M. Itatiba	Wilhelm Wulff Poloni (T)
P.M. Itatiba	Monica Del Nero (S)
P.M. Salto	Francisco Antonio Moschini (T)
Rotary Int. D4590	Luiz A. C. e Silva Brasi (T)
SAAE Ambiental Salto	Francisco Antonio Moschini (T)
SAAE Ambiental Salto	Fernando G. Martino (S)
SANASA	Rosabel C. G. B. Monteiro (S)
SMA	David Vieira (S)

Convidados	
Entidade	Representante
Consórcio PCJ	Guilherme A. Volarini
Elo Ambiental	Atelio Ferrari
Elo Ambiental	Maria Luiza Fink
IAC	Ana Carolina Martins Fantin
EPS Cons. Ambiental	Waldomiro Martins Neto

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

Com a palavra o Sra. Maria Alice, representando o Sr. Eng. Carlos Augusto dos Santos, Chefe do Depto. de Engenharia do DAE de Santa Barbara D'Oeste, agradeceu a todos os presentes a realização da reunião da CT-RN nas instalações do DAE. Logo em seguida relatou um pouco a história do DAE, a cidade de Santa Barbara D'Oeste possui 190 mil habitantes e capta água de três represas: Represa de Cillo, São Luiz e Represa Areia Branca. Possuem quatro E.T.E.s, Toledos I, Balsas, Cruzeiro do Sul, Andorinhas e Nova Conquista. E em obras ETE Toledos II, ETE Barroão e ampliação, distribuição e reservação de água da Zona Leste, através ETA IV. Aplicação de recursos no desenvolvimento profissional de seus funcionários, Educação Ambiental, modernização da rede de distribuição, plantio, preservação e

conservação de mananciais. **1. Abertura da Reunião:** A abertura da reunião foi pela Sra. Claudia Grabher fazendo referencia à renovação das Diretorias dos Comitês PCJ e renovação das Câmaras Técnicas. A renovação da CT-RN será no dia 03/06/13 às 14h30 para empossar os membros formalmente indicados para o mandato 2013-2015, bem como para a realização da eleição do coordenador, coordenador-adjunto e secretário para o mesmo período. Os participantes da CT-RN que não possam participar neste dia, deverão enviar uma justificativa a coordenação sua ausência e motivo, para não ficarem excluídos da CT-RN. Durante a reunião deverá estar presente ao menos um representante por entidade (Titular ou Suplente). **2. Discussão e encaminhamentos sobre Projetos de Demanda Induzida da CT-RN em relação ao PAP - Plano Aplicação Plurianual da Agência PCJ,** atualmente a CTRN possui dois projetos de Demanda Induzida, “Área de Proteção e Recuperação do Manancial Bom Jardim, APRM-BJ” (este já em desenvolvimento) e o “Plano Diretor para Recomposição Florestal Visando a Produção de Água nas Bacias PCJ”, A partir de agora os Projetos da CT-RN do PDC4 serão Projetos de Demanda Induzida, não teremos Projetos de Demanda Espontânea, os Projetos serão apresentados e discutidos na CT-RN, após aprovação, serão encaminhados para a Agência, que será a tomadora dos recursos. A CT-RN deverá decidir que resultados concretos deverão acontecer nos próximos quatro anos, dentro do PAP - Plano de Aplicação Plurianual. Ficou estabelecido que a Coordenação encaminhasse uma cópia do **PAP-PCJ exercício 2013-2016**, via e-mail para todos os membros da CT-RN. O Sr. Francisco Antonio Moschini da P.M. Salto comentou sobre letra “a” do item “VII do PAP - ÁREA DE PROTEÇÃO E RECUPERAÇÃO DE MANANCIAIS – APRM” - contratação de estudos para implantação da política estadual de proteção e recuperação dos mananciais de interesse regional APRM, Lei nº 9866/97. Ele expôs a necessidade da criação de uma APRM da Bacia do Rio Pirai, no âmbito do Consórcio Intermunicipal (quatro municípios). O rio nasce em Cabreúva, atravessa um Distrito chamado Jacaré onde existe uma estação da Sabesp, depois percorre o município de Itú, Indaiatuba (30% do abastecimento) e Salto (80% do abastecimento). Existe agora um projeto de construção de uma barragem para o abastecimento das 4 cidades. A Sra. Claudia Grabher, comentou que o estudo da Barragem do Pirai, passou por verificação do Grupo Técnico de Empreendimentos, formado pelas Coordenações das CTs do Comitê. Nesta solicitou cuidados necessários na região a



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 50ª Reunião Ordinária - 17/04/2013 - 09h 00min

Museu da Água – Rua Camilo Augusto de Campos, 487 – Santa Barbara D'Oeste - São Paulo

montante da Bacia do Pirai para garantir a qualidade e quantidade de água. Quanto a criação de uma APRM sugeriu ao Sr. Francisco Moschini que encaminhasse um documento do Consórcio do Rio Pirai mostrando interesse na criação da APRM. **Quanto ao item XII – Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) e Recomposição Florestal**, a CT-RN em parceria com a CT-Rural esta acompanhando um projeto da TNC (The Nature Conservancy). Foi realizada pelas CT-RN e CT-Rural uma visita técnica em áreas do projeto sendo que os participantes da visita ficaram muito decepcionados com que viram. Os projetos vistoriados estavam muito abaixo do esperado. Quanto a serviços de recomposição da mata nativa e proteção de nascentes, a CETESB, a SMA, as Promotorias possuem Termos de Ajustamento de Conduta (TAC), compensações, para plantio de APPs, mas o grande problema é a falta de áreas cadastradas. Foi sugerida a criação de um **“Banco de Áreas de Plantio da Bacia PCJ”**, através de levantamentos de áreas nos municípios da Bacia do PCJ, com uma visão de preservação de mananciais, corredores ecológicos, mata ciliar, etc., assim seria criada uma demanda para estas compensações. A Sra. Monica Del Nero (P.M. Itatiba) no uso da palavra, informou que grande parte dos empreendedores pensa que este plantio tem que ser realizado dentro de seu empreendimento, não sabendo que pode ser feito em uma região de manancial ou mata ciliar, que poderiam ser cadastradas para esse fim. Complementando, a Sra. Rosabel C. G. B. Monteiro (SANASA), expôs que em seu caso a SANASA possui um passivo ambiental grande e não possui área disponível para o plantio, também foi levantado o problema de que os TAC que são assinados no município têm por obrigação suas ações realizadas no município. Se houvesse uma forma de se realizar um convenio para que houvesse a possibilidade de se realizar o plantio dentro da Bacia PCJ, isso ajudaria muito, pois desta forma poderíamos recuperar muitas áreas. Foi dito também que temos que criar uma metodologia, um levantamento de dados, pois muitas vezes são gastos milhões para um retorno muito baixo, às vezes se gastando muito menos temos um retorno muito maior, temos que ter uma visão de não necessariamente o plantio na margem de um rio, mas a capacitação do produtor para o melhor manejo do solo, assim se gastaria um valor muito abaixo e teríamos um retorno de recarga melhor. Devido ao horário foi encerrada a discussão e sugerido, na letra “b” do PAP - realizar levantamento de áreas a serem executados serviços de recomposição da mata nativa e proteção de nascentes, nas Bacias PCJ. 3. **Apresentação de estudo pelo Sr. Rinaldo Calheiros do**

Instituto Agrônomo de Campinas, “Calculo Teórico da Promoção Hidrológica de uma Bacia Hidrográfica como subsidio a tomada de decisão”, com a palavra o Sr. Rinaldo Calheiros, apresentou sua primeira proposta **“MONITORAMENTO DA PRODUÇÃO DE ÁGUA EM UMA BACIA HIDROGRÁFICA”**. Disse vamos apresentar aqui o monitoramento em uma Bacia Hidrográfica, porque até hoje temos muitos questionamentos de quanta água produz uma Bacia. Quando se realiza um trabalho que exige a liberação de recursos, existe muito questionamento de quanto é o ganho de água produzida. O trabalho que preconizamos realizar é para apoiar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA). Na sequência foi realizada uma apresentação de uma reportagem do Globo Rural, sobre o Projeto de PSA de Extrema. Ressaltou que a única coisa que não foi citado na reportagem é o monitoramento da quantidade de água produzida após a implantação do projeto. Disse que não existe nenhum estudo que possa informar se houve um aumento da produção, que este aumento foi causado pela mata de topo de morro, pelas conservações do solo na meia encosta. A proposta do projeto em questão é o **MONITORAMENTO DA BACIA HIDROGRAFICA DO JUNCAU** (em início de PSA em Extrema), o objetivo na realidade é o monitoramento de eficiência das práticas de manejo conservacionistas subsidiando inclusive o pagamento por serviços ambientais, pois para haver a remuneração há a necessidade de saber quanto vai produzir a mais. Vamos verificar a evolução hidrológica e a capacidade de produção de água, executar a comparação dos dados de escoamento de água antes e depois das praticas implantadas. O Sr. Nelson Barbosa, perguntou do prazo que será realizado o monitoramento tendo como resposta - quatro anos, que é o prazo do projeto de Extrema que será monitorado. Dois anos de instalação dos equipamentos e já um início do monitoramento e os outros dois anos somente o monitoramento. Disse que quanto à hidrologia, isso é pouco, mas é o prazo do projeto, é o compromisso junto a CT-RN e a Agencia, embora o monitoramento vai se perpetuar, pois os sistemas já estarão instalados. Foi sugerido pelos participantes que ao termino dos quatro anos, se o projeto se mostrou eficiente, pode ser renovado por mais quatro anos. Quanto à CTRN pela maioria dos votos o projeto foi aprovado condicionado à aprovação também pela CT-Rural. O segundo projeto apresentado foi o da **“VALORAÇÃO FÍSICA ECONÔMICA E AMBIENTAL DE NASCENTES VISANDO A ADEQUADA REMUNERAÇÃO DO PRODUTOR DE ÁGUA EM**

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91(CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE RECURSOS NATURAIS

Ata da 50ª Reunião Ordinária - 17/04/2013 - 09h 00min

Museu da Água – Rua Camilo Augusto de Campos, 487 – Santa Barbara D'Oeste - São Paulo

PROGRAMAS DE PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS”, O Sr. Rinaldo perguntou: vamos ver o caso do PSA de Extrema, onde é pago R\$ 200,00 por hectare ano, ele serve a uma realidade lá em Extrema, será que os mesmos R\$ 200,00 por hectare servem em qualquer ponto da Bacia? Disse que através deste estudo serão identificados diferentes pagamentos por serviços ambientais, serão definidos parâmetros que agregam valores a uma determinada nascente ou, em outras palavras, identificar a importância dessa nascente nos mais diversos aspectos: econômicos, sociais e ambientais, também quanto ao posicionamento das nascentes: nascentes nas cabeceiras; 1/3 superior da bacia; central; parte final da bacia, etc.. Ao término de sua apresentação o Sr. Rinaldo Calheiros, agradeceu a todos pela atenção. **Com a palavra o Sr. Nelson Barbosa apresentou seu projeto**, uma nova proposta de pagamento ao produtor rural, o pagamento justo tendo como referência o aluguel de pasto, porque uma terra vale o quanto ela produz. O Sr. Nelson Barbosa, defendeu duas propostas de projetos uma quanto a falta de participação dos produtores com uma melhor proposta de pagamento para eles e a outra com um projeto econômico e de inventário visando combater a erosão e também a questão da água quanto a origem do problema, que é a uso e ocupação do solo. Foi colocado então em votação o “**Calculo Teórico da Promoção Hidrológica de uma Bacia Hidrográfica como subsídio a tomada de decisão**”, aprovado por unanimidade. O segundo projeto do Sr. Rinaldo, “**Valoração Física Econômica e Ambiental de Nascentes visando à adequada remuneração do Produtor de água em programas de PSA**”, também aprovado. O primeiro projeto do Sr. Nelson Barbosa, “**Proposta de uma nova valoração nos pagamentos a serem feitos no PSA**”, não se chegou a um acordo pois foi de consenso da plenária que não conseguiu entender direito os projetos por um melhor esclarecimento. O segundo projeto, “**Combate a Erosão**”, também não se chegou a um acordo, pela falta de compreensão do projeto. **4. Apresentação dos resultados do projeto da REPLAN: Projeto de Revitalização das Bacias dos rios Camanducaia e Jaguari – Convênio Consórcio PCJ e Petrobras/Replan referente ao atendimento à Deliberação Conjunta dos Comitês PCJ nº 058/2006:** Com a palavra o Sr. Guilherme A. Volarini (Consórcio PCJ). Em 2006 a ANP implantou um programa de redução de enxofre na gasolina, para isso a REPLAN efetuou algumas alterações na refinaria, com solicitação de aumento de outorga da Petrobras/Replan ao DAEE. Para tanto as CTs solicitaram compensações, entre elas reflorestamento nas nascentes das

áreas prioritárias definidas no Plano Diretor de Reflorestamento para Produção de Água nas Bacias PCJ direcionadas para o Rio Camanducaia. Foi feito então um convênio Consórcio PCJ e Petrobras/Replan para recuperação florestal através do plantio de 200 mil mudas. Para tanto foram realizadas quatro atividades: Palestras de Conscientização; Seleção de Áreas; Laudos e Projetos Técnicos (Aprovação no Órgão Ambiental); Plantios e Manutenções. Ser Guilherme apontou como **DIFICULDADES:** Adesão dos proprietários rurais; Acessibilidade das áreas de plantio nas propriedades; Fogo, cerca, gado, etc; Necessidade de expansão da cultura conservacionista. E **FACILIDADES:** O Consórcio desde 1991 já atua na região e possui um banco de propriedades interessadas; Parcerias com os municípios, ONGs, Sindicatos Rurais, etc. Ao término da apresentação o Sr. Guilherme agradeceu a oportunidade. Logo após a plenária gerou uma polemica em torno de áreas disponíveis para plantios. Após varias sugestões, foi sugerido que um dos trabalhos a serem desenvolvidos pela CT-RN, seria aproveitar a experiência vivida em campo pelo Sr. Guilherme, e elaborar metodologias para criação de um “**Banco de Áreas para Plantio, na Bacia PCJ**”. **4. Leitura e Aprovação das Atas das 48ª e 49ª Reunião Ordinária da CT-RN:** Com a palavra o Sr. Sergio Zanzin Teruel, Secretário da CT-RN, disse que devido o horário e as Atas de nº 48 e 49 terem sido enviadas via email aos membros da CT-RN, estas foram submetidas ao plenário e aprovadas por consenso. **Encerramento:** Não havendo mais manifestações, foi dada por encerrada a reunião.

Claudia Grahber
Coordenadora da CT-RN

Sergio Zanzin Teruel
Secretário da CT-RN